

A PRIVAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE CULTURA E LAZER PARA O TRABALHADOR MANUAL NO CORTE DE CANA

Graziella Aparecida Garcia de Lima Chinali¹
Prof.^a Dr.^a Raquel Santos Sant'Ana²

1. Mestranda em Serviço Social/ UNESP-Franca, lima.graziella@yahoo.com.br
2. Livre Docente/ UNESP-Franca, raquelssfranca@yahoo.com.br

Resumo:

Neste artigo apresentamos os resultados parciais de pesquisa em andamento acerca do acesso ao lazer cultural do trabalhador no corte manual da cana-de-açúcar nos municípios de Franca, Batatais e Patrocínio Paulista, situados na região noroeste do Estado de São Paulo. Conforme proposto no projeto, o foco de análise está na relação entre tempo/espaço destes trabalhadores com atividades próprias do lazer cultural, caracterizadas por ações que se contrapõem ao âmbito do trabalho, neste caso, desenvolvido com extremo esforço físico e baixa remuneração. Ressalta-se o aspecto do potencial no âmbito sócio-político-pedagógico advindo destas ações diferenciando-as daquelas atividades que não estão diretamente conectadas ao âmbito cultural, praticadas durante o tempo livre, quer dizer, do não trabalho.

Palavras-chaves: cortador manual de cana; trabalho; lazer cultural.

INTRODUÇÃO

O que se procura analisar, em pesquisa de mestrado ainda em andamento é a questão do acesso de trabalhadores do corte manual da cana de açúcar ao tempo/espaço voltado ao lazer cultural. Objetiva-se contribuir com reflexões acerca das relações entre trabalho e lazer, bem como as formas de organização de que o trabalhador rural dispõe para representar-se cultural, social, política e economicamente.

Há que se observar que o desenvolvimento de uma ação para o lazer cultural, principalmente para o trabalhador no corte da cana, se coloca de maneira muito específica, com famílias que apresentam uma nova conformação de “identidade rural”, num processo constante de precarização das condições de trabalho, na ampliação do contingente de reserva de mão-de-obra e do desemprego estrutural, fenômenos que acompanham o desenvolvimento do capitalismo.

Como o assistente social se depara com o desafio de desvendar em seu cotidiano um intrincado jogo de objetividades/ subjetividades que se dão na sociedade,

torna-se imprescindível ressaltar em sua prática uma forma interdisciplinar de ação, junto a outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Essa prática deve estar voltada à compreensão do ser humano como um todo, como um ser social, com a percepção de todas as variáveis desta sociabilidade. Destaca-se o papel do Assistente Social em contribuir com o debate sobre o sentido político de sua ação, mas não na acepção político-partidária, e sim no de posicionar-se criticamente diante da reprodutibilidade de preconceitos e da exploração do trabalho, das desigualdades encontradas nos âmbitos objetivos e subjetivos, quer dizer, tanto na esfera econômica como cultural.

A emergência deste debate surge do exame sobre a busca de direitos dos indivíduos no plano econômico, educacional, político e de acesso à cultura e ao lazer. Ocorre que diante do paradigma da “questão social” e sua ampliação, os problemas relacionados ao lazer são resolvidos secundariamente, o que reflete de forma aguda na qualidade da intervenção e na vida dos sujeitos assalariados. Pode-se notar que a realidade cotidiana apresenta outras necessidades além das econômicas. Incluem-se as carências de desenvolvimento das relações sociais, cujo sentimento de “alteridade-identidade” desempenha um extraordinário papel ao proporcionar o conhecimento de si mesmo através do outro.

É nessas ações demandadas pelas diferentes experiências cotidianas, do desenvolvimento da noção de si mesmo e do outro, que o profissional de Serviço Social deve se pautar em suas intervenções, como um fator indispensável para subsidiar a vida em comunidade e a formação de uma consciência política/crítica. As relações entre estrutura e superestrutura se dão de maneira dialética e a possibilidade de os sujeitos se “educarem” por meio do lazer cultural relaciona-se com certo desenvolvimento de uma formação crítica e não de uma prática alienada. De acordo com a análise de IAMAMOTO,

Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e busca elucidar seus vínculos sócio-históricos, localizando as perspectivas e os pontos de vista das classes através dos quais são construídos discursos; suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe)

que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões.¹

É a partir dessa concepção educacional que se devem pautar as intervenções do profissional de Serviço Social, considerando tanto seu caráter interventivo quanto pedagógico, no sentido político-crítico tal como afirmado desde o início. Por outro lado, quando se trata de trabalhadores rurais, deve se considerar suas especificidades, as formas como se organizam o lazer cultural, bem como a diferenciada relação das necessidades distintas que são criadas no cotidiano. Apesar de suas necessidades serem outras, será presumível e até mesmo forçoso observar que a educação organizada, tanto num quanto noutro âmbito, poderá ser crítica ou alienada e, neste item, a questão de a cultura poder ser um produto “alienado” está também retratada.

A atuação do profissional de Serviço Social deve estar inserida nesta realidade a partir da compreensão de que esta sociabilidade abrange, desde as ações individuais do cotidiano do trabalho, até as excepcionais ocasiões em que ocorrem momentos de confraternização em espaços e tempos da atividade de lazer cultural. Compreender como as formas de sociabilidades estão ligadas às carências estruturais e superestruturais, subsidia a criação de certa consciência crítica, fundamental para o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

DESENVOLVIMENTO

O interesse na investigação das formas de reprodução e de representação dos trabalhadores rurais ligados ao corte manual de cana, desde a abertura política até a época atual, ocorreu pelo fato de estudos já desenvolvidos a respeito desta temática, tal como o de, SILVA (2006)² e SANT'ANA (2009)³ dentre outros demonstrarem a desumanização da condição em que esses trabalhadores se encontram, após exaustiva jornada de trabalho.

Por serem degradantes tais condições, físicas e emocionais não se coloca qualquer oportunidade para a atividade de lazer cultural, sobretudo quando se constata o

¹ IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico**. Editora Cortez. São Paulo, 1994. (p, 183-184)

² SILVA, M.A.M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas**. In. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 33 - nº 2. (p, p, 111-141), AGO/DEZ, 2006. (p, 129.)

³ SANT'ANA, Raquel S. **Trabalhar é Preciso, Viver não é Preciso: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social**. (Tese de Livre Docência- FHDSS-UNESP-Franca. Departamento de Serviço Social), Franca, 2009.

desmoronamento de sua saúde, seja pelo fato de muitas horas de esforço físico, em situações ambientais adversas, seja pelas más condições de alimentação, cuidados com o corpo e a mente que lhe são denegados. A partir da ameaça de desemprego que marca a atual conjuntura mundial, busca-se avaliar o efeito deste quadro para o desenvolvimento pleno do trabalhador tanto em sua condição objetiva como subjetiva, abarcando inclusive a relação estabelecida com as necessidades de lazer e representação cultural desse grupo social.

O modelo adotado pelo Brasil para o desenvolvimento agrícola trouxe como consequência a exploração do trabalhador no meio rural intensificada, a partir da integração histórica dos mercados, além da priorização por parte do governo da exportação de produtos agrícolas, tais como café, cana-de-açúcar, laranja, soja e da “Nova Revolução Agrária” ou “Reforma Agrária de Mercado”, principalmente após os anos 90, centralizada no desenvolvimento do agronegócio, incrementado até os dias atuais.

A análise do desenvolvimento tecnológico mostra-se fundamental na compreensão das relações atuais de trabalho porque este desenvolvimento requer um alto grau de especialização da força de trabalho por um lado, e por outro, neste contexto se acentua a desigualdade, a crise do desemprego estrutural, a ampliação da questão social, a problemática da precarização das condições de trabalho, dos tempos de lazer, alterando decisivamente, a condição de vida, os espaços e tempos, assim como os anseios da classe trabalhadora. Contudo a problemática incide também no debate sobre o desenvolvimento e busca de saltos qualitativos nas formas pedagógicas potencializadas pelos tempos e espaços voltados ao lazer.

De acordo com estudos realizados acerca das relações de trabalho observou-se a importância do tempo do não trabalho para o restabelecimento da força física dos trabalhadores e da questão do lazer cultural, que não se coloca como possibilidade real. Considerando as formas atuais de ocupação do tempo livre, verifica-se que a televisão, o rádio e a convivência com amigos ocupam posição dominante, quando a intensa exaustão decorrente das condições de trabalho permite. No que diz respeito à convivência, para os que residem com a família, deve-se observar que a mesma fica também fortemente comprometida por tal exaustão.

Os tempos de lazer voltados para o entretenimento com a televisão e o rádio acontecem pelo fato de significar um custo baixo para o trabalhador, não havendo nenhuma outra opção para a satisfação das necessidades relacionadas à questão cultural, ficando este espaço de tempo voltado a atividades alienantes, atributos próprios dos meios de comunicação de massa. ⁴ Estas questões estão à margem, tanto no âmbito acadêmico, quanto na questão da política pública voltada ao lazer cultural, também inexistente na exploração capitalista, resultando daí o bloqueio da reprodução sociocultural desses trabalhadores. Sobre a conceituação do lazer, há variadas abordagens, mas duas foram propostas ao limitar a temática, que puderam ser resumidas da seguinte maneira: uma que ressalta o lazer como qualquer ocupação realizada no período livre, isto é, do não trabalho; a outra se restringe a enfatizar o modo livre da atividade, quer dizer, qual atividade realizada de forma prazerosa.

Há que se observar que para a compreensão dos conceitos trabalho-lazer, ressaltam-se elementos importantes para ambas as categorias: a) é através do trabalho que o homem modifica a natureza para a satisfação de suas necessidades, transformando através do acúmulo de conhecimentos, a si próprio; b) ao serem atendidas as necessidades primeiras, sobretudo materiais, advém a criação de novas e diversificadas demandas, de acordo com interesses conflitantes presentes em cada grupo ou “classe”, conflitos estes que se dão como resultado da contradição da exploração do capital e da supremacia da classe dos proprietários dos meios de produção em detrimento da classe assalariada;⁵ c) as necessidades criadas também se encontram no plano subjetivo, principalmente no que se refere ao tempo para o lazer, enfatizado numa relação prazerosa com a ação praticada. No que se refere ao lazer, segundo a definição de DUMAZZEDIER (1973),

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre

⁴ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, já em 2001, 89% dos 46.507.196 domicílios brasileiros tinham televisores, enquanto 88% possuíam aparelhos de rádio. A PNAD diz mais: 38,6 milhões das TVs são coloridas e 3 milhões são em preto e branco. In: <http://www.ietv.org.br>

⁵ BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p, 64/65

capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.⁶

Deste modo, quando se trata aqui da categoria lazer, esta se remete inteiramente para a relação com o trabalho porque a ideia do tempo livre se dá por contraposição ao tempo do trabalho, pelo menos tal como é concebido hoje no capitalismo. Ocorre que nas condições atuais do desenvolvimento capitalista, ganha importância considerar que, sob este ângulo, do tempo do trabalho e do tempo livre, a maioria dos indivíduos depende do trabalho assalariado para garantir a sua sobrevivência, se opondo àqueles que têm sua sobrevivência garantida independentemente da necessidade de trabalhar. Assim, a observação fundamental para as análises aqui propostas refere-se à crise encontrada no “mundo do trabalho” e seus rebatimentos no desenvolvimento do lazer.

Segundo MARCELLINO (1990), um dos principais estudiosos sobre as demandas do lazer no Brasil, as inquietações a respeito das disponibilidades do lazer geralmente ficam em segundo plano nos debates acadêmicos e governamentais, com os temas relacionados à ampliação da “questão social” prioritários, desconsiderando a importância do lazer neste debate, tratado como “perfumaria”.⁷

Os espaços e tempos de lazer são caracterizados por uma importante formação na esfera do imaginário do indivíduo. Quando estão localizados apenas nos meios de comunicação de massa, o conteúdo moldado pela ideologia dominante orienta na conformidade dela a concepção de vida dos sujeitos, que tenderão a se comportar de acordo com o sistema de ideias assim divulgados.

Segundo interesses distintos, essas ideias são difundidas no contato entre os indivíduos, a partir de episódios vivenciados ininterruptamente. A relação entre os indivíduos e os meios de comunicação como principal fonte de lazer e informação, bem como o relacionamento com as instituições acima citadas, “alimentam” a subjetividade e o imaginário destes, com certo condicionamento de “valores” que funcionam no sentido de manter alguma coesão entre os indivíduos e os polos das contradições desenvolvidas pela sociedade capitalista. Na perspectiva marxiana, se considerar-se que

⁶ DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. (Trad.: MACHADO, M.L.S.). Editora Perspectiva, São Paulo, 1973. (Col. Debates). (p, 34.)

⁷ MARCELLINO, N. C. “(...) era o questionamento da validade de desenvolver esforços numa área que sempre foi considerada supérflua; era como se me encarregasse de ajudar a preparar e servir a “sobremesa” para uma população que nem sequer poderia ter a refeição principal.” **Lazer e Educação**. 2ª Edição. Editora Papirus, Campinas, SP, 1990. (p, 14)

existem duas classes fundamentais e que uma se encontra subjugada à outra, a classe dominante trabalha para perpetuar sua dominação, trazendo contraditoriamente à classe dominada, grande identificação com tal ação, prejudicando a criação da chamada consciência crítica.

Neste sentido, há observa-se que o desenvolvimento tecnológico e cultural no Brasil vinculou-se ao sistema globalizado e trouxe conseqüentemente, a ditadura de “estilos de vida” ao trabalhador, bem como seu suporte ideológico, fato que necessariamente deve ser analisado na compreensão da totalidade das categorias que compõem a formação individual/social destes sujeitos.

A criação de novas necessidades, bem como a apreensão das diferentes dimensões da composição humana, a dimensão material/objetiva e a simbólico/subjetiva devem estar relacionadas para se apreender a exata complexidade e as contradições presentes no processo de desenvolvimento do capital e seus efeitos no desenvolvimento da cultura. Além do caráter mercadológico e do nivelamento de interesses imediatos, outra função é a de trazer à tona inúmeras informações que, desconectadas e fragmentadas tendem a produzir uma séria apatia social, naturalizando todas as desigualdades geradas pelo sistema capitalista no sentido de responsabilizar o indivíduo pela condição de vida imposta.

Desta forma, a cotidianidade orquestrada por esta ideologia desfigura, de fato, ambas as esferas de maneira dialética, ou seja, tanto no âmbito econômico como cultural, na esfera estrutural como superestrutural. Com relação à metodologia, a pesquisa bibliográfica foi realizada há mais de um ano e a pesquisa de campo está sendo iniciada nas realidades que estão diretamente ligadas ao trabalho no corte da cana de açúcar no município de Franca, SP e região. Para isso, algumas categorias de análise foram elencadas, dentre elas, as específicas realidades encontradas nos municípios de pequenos, médios e grandes portes, além da relação de cotidianidade diferenciada encontrada na questão da diversidade de faixa etária, de origem e as necessidades de lazer cultural que se colocam de formas distintas.

É a partir desta problemática que esta pesquisa se propõe: afinal como pensar lazer, em especial o lazer cultural, dissociado do trabalho? Se esta dissociação é inviável, qual será então o acesso ao lazer cultural nestas condições de vida e trabalho? Para esta investigação é fundamental uma análise na perspectiva de totalidade.

Aponta-se para a realização de uma pesquisa qualitativa, pois o caráter quantitativo não se mostra suficiente na análise categorial no âmbito do lazer, avaliando-se de forma relevante, inclusive, as necessidades diversificadas de acordo com as condições de exploração do trabalho formal ou volante envolvidos no corte da cana de açúcar. Ainda diante dessas observações, se coloca como pertinente a afirmação de THIOLENT (1987):

(...) Muitas vezes, são selecionadas empresas ou categoria de trabalhadores cuja representatividade é de ordem qualitativa _ isto é, política _ mais do que quantitativa. A importância social ou histórica de certos grupos ou de certas ideias não é apenas dada pelo peso numérico ou pela frequência.⁸

Neste sentido, a pesquisa é realizada com sujeitos de diferentes faixas etárias, residentes ou migrantes envolvidos no corte da cana de açúcar na região de Franca, SP. Para isto, consideram-se sujeitos da pesquisa aqueles trabalhadores que se encontram em municípios discriminados segundo definição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Na perspectiva socioterritorial, tem-se em vista as referências da dinâmica demográfica distinta para análise de variados municípios e avalia-se a necessidade de comparação das condições de vida desses trabalhadores, inclusive no acesso ao lazer cultural, quanto aos municípios de grande, médio e pequeno porte.

De acordo com esta caracterização, considerar-se como sujeitos da pesquisa aqueles trabalhadores diretamente envolvidos no corte manual de cana no município e região de Franca. O polo aí considerado, o município de Franca situa-se a 400 quilômetros da capital. Adianta discriminarem-se os municípios deste entorno regional selecionado para a pesquisa: Franca, Batatais e Patrocínio Paulista. O senso realizado em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta a os seguintes resultados _ Franca: 319.094 habitantes (considerado município de grande porte); Batatais: 53.525 habitantes (considerado município de médio porte) e Patrocínio Paulista: 12.183 habitantes (considerado município de pequeno porte, classificação 1)⁹. Para a pesquisa a amostra de sujeitos constituiu-se de três trabalhadores de cada

⁸ THIOLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História). (p, 113).

⁹ Segundo o (PNAS), são considerados municípios pequenos com classificação 1 aqueles com população até 20 mil habitantes; municípios pequenos com classificação 2 com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; municípios médios entre 50.001 a 100.000 habitantes; municípios grandes com população entre 100.001 a 900.000 habitantes e, finalmente são considerados metrópoles aqueles que apresentam população superior a 900.000 habitantes. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. (p, 08)

município. A metodologia de análise circunscreveu-se à teoria marxiana, por esta se relacionar de maneira mais adequada à compreensão do imediato, do movimento real em consonância ao ser social e de todos os elementos relevantes para apreciação da totalidade em questão, considerando inclusive a significativa complexidade das categorias envolvidas.

Procura-se dar visibilidade à problemática do trabalho rural no corte da cana com a participação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos em áreas como serviço social, sociologia, ciências sociais, entre outras áreas do conhecimento que contribuirão com a investigação proposta. Além disso, a apresentação final do trabalho será em forma de dissertação de mestrado, considerando a importância do debate sobre a percepção da vivência destes trabalhadores rurais assalariados, migrantes ou não, no que diz respeito à questão do lazer, refletindo em sua organização enquanto classe e em sua representação cultural, social e política, especialmente através do desenvolvimento do lazer cultural.

A superexploração da força de trabalho se dá independentemente do fato de ser o trabalhador residente ou migrante de outras regiões brasileiras, mas o que vai diferenciá-los é a presença ou não das famílias no seu cotidiano. Neste ramo de atividade cerca de 70% da força de trabalho é migrante e, em sua maioria, estes são trabalhadores que viajam sós para diferentes regiões, especialmente o Estado de SP. Estes vivenciam maiores dificuldades, pois não se beneficiam dos cuidados com sua alimentação e vestimenta sem os custos financeiros, que caracterizam a situação da convivência familiar.¹⁰

Para além de possíveis diferenciais das situações em que se encontram estes trabalhadores que, é claro, têm suas implicações nas condições de lazer, o que sobressai sejam trabalhadores para os quais a convivência familiar se mantém ou não, sejam residentes ou migrantes, como fator limitador de seu desenvolvimento humano, inclusive no plano do lazer é a intensa exploração sofrida no trabalho.

É esta problemática que esta pesquisa se propõe abordar: afinal, como pensar o lazer, em especial o lazer cultural, dissociado do trabalho? Se esta dissociação é

¹⁰ Estamos considerando aqui a situação concretamente existente, embora seja impositivo considerar o significado do trabalho doméstico não remunerado, por parte das mulheres. É claro que isto é tema para uma discussão ampla, que embora consideremos da maior relevância, ultrapassa os limites desta exposição.

inviável, qual será então o acesso ao lazer cultural nestas condições de vida e trabalho? Ainda aqui se impõe, do ponto de vista metodológico, a consideração de perspectiva de totalidade.

Sobre a pesquisa bibliográfica observou-se que os trabalhadores que exercem atividade no corte e plantio da cana de açúcar são majoritariamente do sexo masculino e chefes de família que por não encontrarem outra forma de inserção no mercado de trabalho formal, são obrigados a se submeter a exaustivas jornadas de trabalho para sua reprodução e a familiar; suas moradias, via de regra, encontram-se nas periferias das cidades, o que sem dúvida reflete negativamente em suas condições de acesso ao lazer cultural.

A atuação do Estado mostrou que a efetivação da democracia e cidadania fica prejudicada com relação ao acesso “mínimo” aos direitos sociais, restando apenas sua conceituação democrática e cidadã. Diante deste cenário de precarização das condições de trabalho, falar sobre o desenvolvimento do lazer se coloca como um grande desafio.

A Constituição Brasileira de 1988¹¹ traz propostas portadoras de grande potencialidade transformadora, porém, estas podem ser avaliadas como “elitistas”, não se efetivando a democratização nem “do tempo livre” para o lazer, nem de espaços adequados para o desenvolvimento deste, historicamente restritos às classes mais abastadas.

CAPÍTULO II - DIREITOS SOCIAIS: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000). Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, **lazer**, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (...) Seção III - Do Desporto (...) 3º - O Poder Público incentivará o **lazer**, como forma de promoção social. CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **lazer**, à profissionalização, à **cultura**, à dignidade, ao

¹¹ Grifo nosso. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html

respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As possibilidades de promoção ao lazer que são apresentadas ao trabalhador rural assalariado, não incorporam o acesso a espaços públicos voltados às manifestações artísticas, museus, teatros e exposições variadas, televisão pública e rádios comunitárias que lhe são identitárias. Portanto, as análises acerca das políticas públicas voltadas para a questão do lazer no Brasil devem ser apontadas, tais como a Lei Rouanet e o emprego de recursos públicos para a categoria teatral, por exemplo, no que diz respeito aos critérios na liberação de recursos para que esta forma de manifestação artística abarque qualidade (conteúdos divulgados) e abrangência (inclusive na acessibilidade pelos trabalhadores rurais).

Quando no governo de Fernando Collor de Melo houve a aprovação da Lei Rouanet (dez/1991), como “padrão” de política pública cultural viabilizada pela União, essa legislação se anunciou pela ideia de proteção do conjunto do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, também há um consistente monopólio de grupos específicos que impedem o incentivo de desenvolvimento da arte regional e popular, em favor da “cultura de elite” que ocorre no eixo cultural das grandes metrópoles (especificamente Rio de Janeiro - São Paulo).

É exatamente com a intenção de privilegiar este setor da elite que essa legislação cultural está historicamente comprometida. Assim, as políticas públicas culturais implantadas pelos governos brasileiros nas duas últimas décadas explicitaram a clara finalidade de direcionar, quase que totalmente, os recursos para esse seguimento voltando-o para grandes companhias teatrais e, mais precisamente aos artistas já reconhecidos nacionalmente.¹²

No caso das concessões para rádios comunitárias, a realidade se mostra ainda mais perversa, já que são tratadas como “rádios-piratas” e carecem ainda de regulamentação satisfatória às comunidades periféricas. Como a legislação específica para esta categoria se encontra em discussão, é imprescindível que esteja interligada a participação da sociedade civil de forma a democratizá-la, a fim de garantir maior

¹² http://www.vermelho.org.br/mt/noticia.php?id_noticia=10517&id_secao=11

liberdade de expressão à classe trabalhadora como um todo, que é a verdadeiramente responsável pela manutenção das audiências.¹³

Considerando a importância de analisar o tema da democratização e do acesso ao espaço público/cultural que realmente esteja voltado para a classe trabalhadora, esse debate perpassa pelo desenvolvimento das comunicações de massa e como ocorrem as veiculações das informações. Serão mesmo esclarecedoras essas informações à classe trabalhadora? Há que se observar as linguagens utilizadas, e transformá-las em algo que realmente envolva o desenvolvimento crítico do homem, que transcorre também pela formação “simbólico-sensitiva” do indivíduo.

Quanto à criação de novas necessidades, bem como a apreensão das diferentes dimensões da composição humana, a dimensão material/objetiva e a simbólico/subjetiva devem estar relacionadas para se apreender a exata complexidade e as contradições presentes no processo de desenvolvimento do capital e seus efeitos no desenvolvimento da cultura.¹⁴

Um “controle social”, que não advém da violência física, mas a partir da cultura e da propagação de ideias oportunas à permanência do desenvolvimento do capital, se impondo na sociedade como um todo, via-de-regra se dá na forma padronizada e fragmentada, midiática, causando distorções para além dos efeitos nas bases econômicas, dando-se o domínio da esfera da subjetividade, principalmente através dos meios de comunicação, num panorama amplo de justificativas para o surgimento e satisfação de novas necessidades de consumo.

Para as análises dos dados coletados, estabelecem-se relações com as principais categorias examinadas, considerando a realidade dinâmica em que os sujeitos estão envolvidos e o movimento que se dá a partir de tal processo.¹⁵ Partindo da análise da

¹³ http://www.apropucsp.org.br/revista/r25_r05.htm

¹⁴ Ainda com relação ao termo cultura, segundo SANTOS (1989): Cultura pode por um lado referir-se à alta cultura, à cultura dominante, e por outro, a qualquer cultura. No primeiro caso, cultura surge em oposição à selvageria, à barbárie; cultura é então a própria marca das camadas dominantes da população de uma sociedade; se opõe à falta de domínio da língua escrita, ou à falta de acesso à ciência, à arte e à religião daquelas camadas dominantes. No segundo caso, pode-se falar de cultura a respeito de qualquer povo, nação, grupo ou sociedade humana. Consideram-se como cultura todas as maneiras de existência humana. SANTOS, Luiz dos. **O que é cultura?** EDITORA BRASILIENSE. 8ª Edição. 1989. (col. Primeiros Passos). (p. 34)

¹⁵ Segundo CORDIOLLI (2009): (...) o objetivo do investigador, é recuperar este movimento, mostrando o acontecimento histórico como algo que não é estático ou unidimensional, pois todo acontecimento é resultante de um nexos de articulação tais como desenvolvimentos, desigualdades, disparidades e

sociedade dividida em classes sociais e que os sujeitos da pesquisa se encontram na situação de superexploração da força de trabalho, devido a sua extenuante carga laborativa, procura-se analisar a condição do acesso aos tempos/espços de lazer cultural.

Ainda investigou-se a acessibilidade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do âmbito cultural, de forma específica a Lei Rouanet e sua abrangência. Observar as configurações de sociabilidades que estão ligadas às carências objetivas e subjetivas, também perpassa nossas análises sob a perspectiva da criação de identidade, bem como a percepção da formação da “consciência de classe”, considerando os interesses conflitantes presentes na sociedade.

O que se coloca em questão é a forma como o conjunto da classe trabalhadora tem incentivada sua formação para o lazer cultural, e no caso dos trabalhadores rurais ligados ao corte da cana, quais são as alternativas criadas por esse segmento para ter suas necessidades de lazer e cultura atendidas.

Referências

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CORDIOLLI, M. **Apontamentos sobre o Método Dialético em Marx**. Curitiba: Ed. A Casa de Astérion, 2009.
- DUMAZZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. Tradução: MACHADO, M.L.S. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 (Coleção Debates).
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IAMAMOTO, M. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e Educação**. 2ª Edição. Campinas: Editora Papirus, 1990.
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

recomeços - um processo que se constrói numa dimensão temporal. CORDIOLLI, M. **Apontamentos sobre o Método Dialético em Marx**. Curitiba: Ed. A Casa de Astérion, 2009. (P, 17)

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Tradução: PERALVA, A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANT'ANA, R.S. **Trabalhar é Preciso, Viver não é Preciso: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social**. (Tese de Livre Docência-FHDSS-UNESP/Franca. Departamento de Serviço Social). Franca, 2009.

SANTOS, L. **O Que é Cultura?** 8ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, M.A.M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas**. In. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Vol.33 – nº2. (pp, 111-141). Ago/Dez, 2006.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História).

Sítios Visitados

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html

http://www.vermelho.org.br/mt/noticia.php?id_noticia=10517&id_secao=11

http://www.apropucsp.org.br/revista/r25_r05.htm